

Ata de Reunião

Comitê de Tecnologia da Informação - CTI

Ata nº 10/2018

Data: 20/09/2018 – 13h

Local: 24º andar do Edifício Sede – Auditório



**Tribunal Regional do Trabalho
da 2ª Região**

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

PRESENTES

Nome	Lotação
Desembargadora Cândida Alves Leão	
Carolina Carvalho de Toledo Murat	Vice-Presidência Administrativa
Marcio Nisi Gonçalves	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (Setic)
Gustavo Cardoso de Oliveira	Coordenadoria Apoio ao Planejamento e à Governança de TIC (CAPGTIC/Setic)
Sarah Soares de Oliveira e Sousa	Seção de Sustentação das Estratégias de TIC (SSETIC/Setic)

PAUTA PREVISTA

ID	Tópico
1.	Resposta da EJUD a respeito da ferramenta de produção de conteúdo;
2.	Padrões de <i>hardware</i> e <i>software</i> ;
3.	Orçamento 2018;
4.	Apresentação CASTIC sobre Videoconferência;
5.	Assinatura da Ata da última reunião.

A Desembargadora Cândida deu início à reunião, passando a palavra para Marcio Nisi.

1-Resposta da EJUD a respeito da ferramenta de produção de conteúdo

Marcio Nisi apresentou a manifestação da EJUD em relação ao questionamento a respeito da ferramenta de produção de conteúdo. A EJUD informou que não solicita que os colaboradores, sejam eles conteudistas, professores, painelistas, tutores, etc, produzam conteúdo com instalação de alguma ferramenta ou *software* específicos, ou seja, não há obrigatoriedade de uso da ferramenta *MS-PowerPoint*. Foi informado, ainda, que o *ppt* é uma sugestão, e a quem não possui *software* para tanto, pede-se o encaminhamento do material em PDF.

O Comitê anuiu à manifestação apresentada, entendendo que, da parte da EJUD2, não existe nenhuma determinação para utilização de ferramentas e *softwares* específicos para produção de conteúdo. Dessa forma, o Comitê entende que no momento não há necessidade do fornecimento da licença.

2-Padrões de *hardware* e *software*

Em relação ao perfil de administrador em *notebooks* para magistrados, Marcio Nisi apresentou o parecer da assessoria jurídica e o despacho da DGA, cujos entendimentos foram de que o

fornecimento da senha de administrador poderá gerar riscos à rede corporativa do Tribunal, concluindo que a SETIC é a unidade competente para avaliar os riscos e apreciar os pedidos realizados, sugerindo a desnecessidade do termo de responsabilidade para Magistrados.

Diante do exposto, Marcio Nisi explicou que a norma que revogará o Ato GP Nº 10/2009 deverá ser publicada nos próximos dias, de forma que a SETIC não mais fornecerá as senhas.

Pela análise da resposta da Assessoria Jurídica e devido à eminente publicação do novo Ato da Presidência, o Comitê entende que não há nenhuma ação a ser tomada no momento.

3-Orçamento 2018

Marcio explicou que em 2018 ocorreram algumas mudanças em relação a empenho, restos a pagar e limite orçamentário, de forma que os valores empenhados e não pagos no ano anterior entram no cálculo do limite de valores a serem liquidados do ano seguinte. Relatou que em 2017 havia um valor alto de restos a pagar, e que a ideia é executar a totalidade dos restos a pagar de 2017 e parte orçamento de 2018, de forma a executar o valor definido como limite orçamentário. Diante deste cenário, apresentou atualização da proposta orçamentária de 2018, explicando que há uma sobra no orçamento e apresentará alguns itens que necessitam de validação e deliberação para inclusão no plano e, por consequência, no orçamento.

A Desembargadora Cândida questionou se as demandas que serão apresentadas serão incluídas ao orçamento 2018. Marcio explicou que sim.

3.1 Aquisição das licenças do Assyst e 3.2 Aditamento ao contrato da Cimcorp

Marcio Nisi informou que nos próximos dias o Assyst - ferramenta de apoio ao gerenciamento de serviços e registros das ocorrências relacionadas a TI - será o *software* utilizado para abertura de chamados não só de TI, mas também das demandas da SILAP (infraestrutura predial, manutenção e outros). Dessa forma, explicou que a quantidade de usuários que utilizarão a ferramenta irá aumentar.

Marcio explicou também que encontra-se em andamento por iniciativa do CSJT um projeto que visa a descentralização dos atendimentos aos sistemas nacionais. Por este projeto, os Tribunais serão os responsáveis, a partir de 02/01/2019, pelo atendimento ao usuário do PJe. Desta forma, o Tribunal necessita tomar todas as providências no sentido de absorver os chamados gerados pelos usuários do PJe, os quais, atualmente, são endereçados ao CSJT.

Marcio relatou que como parte destes preparativos estão os itens 3.1 e 3.2, sendo o item 3.1 relacionado à necessidade de garantir o fornecimento de 10 (dez) licenças Nomeadas e 18 (dezoito) licenças Concorrentes do Assyst, destacando que há a possibilidade de solicitar recursos ao Conselho se houver necessidade da ampliação da equipe de atendimento da contratada; e o item 3.2, relacionado ao aditamento ao contrato em vigor com a empresa Cimcorp (item 3.2), a qual é responsável pelo atendimento 24x7 dos chamados gerados pelos usuários do Tribunal relacionados a todos os sistemas de TIC e direcionará uma quantidade maior de funcionários para o atendimento do Tribunal, remotamente.

Marcio Nisi informou que o valor total necessário para adquirir as licenças é de R\$ 319.000,00 e que estima-se o valor de R\$ 17.000,00 por mês (aproximadamente 25% do serviço) para contemplar os recursos do aditamento ao contrato da Cimcorp, se necessário.

O Comitê anuiu a que as despesas das licenças Assyst e do aditamento ao contrato com a empresa Cimcorp sejam incluídas na programação orçamentária de 2018.

9

Dando continuidade à análise dos itens que necessitam de validação e deliberação para inclusão no plano de contratações e, por consequência, no orçamento, Marcio Nisi apresentou os seguintes itens:

3.3 Aditivo do link de internet em 25% de R\$ 3.500,00 para R\$ 4.375,00 ao mês, o que representa um aumento de banda de 200Mbps para 300Mbps;

Marcio explicou que o aditivo se refere ao link atual do contrato, com aditivo de 25% e acréscimo de banda de 50%, relatando que com o tempo será analisada a necessidade de aumentar ainda mais a banda.

A Desembargadora Cândida questionou se há algum estudo em andamento relacionado ao tema. Marcio explicou que existem e que apontam para algumas possibilidades, como por exemplo a utilização de uma fibra própria, sem a necessidade de passar por um provedor de *internet*. Destacou que os estudos encontram-se em andamento e que, caso sejam aprovados, futuramente demandará tempo e algumas obras para que seja executado.

O Comitê anuiu a que a despesa seja incluída na programação orçamentária de 2018.

3.4 Pedido de servidores de rede (em licitação a ser realizada pelo TST), no valor estimado de R\$ 2.400.000 (estimativa anterior R\$ 900.000,00) uma vez que optamos por não substituir os chassis blade (estimativa R\$ 600.000,00) e não renovar o contrato de manutenção dos equipamentos, por verificar que a compra é mais vantajosa financeiramente;

Marcio apresentou o cenário do pedido de contratação de servidores de rede, explicando que na programação orçamentária inicialmente havia dois itens relacionados ao tema. Relatou que após o estudo técnico foi constatado que, apesar de ter um custo inicial maior, a médio prazo é mais vantajoso, financeiramente, substituir os equipamentos em vez de renovar o contrato de manutenção. Diante disso, Marcio informou ao Comitê o valor estimado de R\$ 2.400.000,00 para o investimento, ainda passível de variação, com coparticipação do Tribunal.

O Comitê anuiu a que a despesa seja incluída na programação orçamentária de 2018.

3.5 Realização de upgrade do sistema operacional iseries da versão 7.1 para a versão 7.3 conforme proposta anexa. Valor estimado R\$ 92.080,00. O upgrade seria necessário para manter a plataforma atualizada até o final da vida útil dos equipamentos, estimado para 2021; o sistema operacional na versão atual teve o suporte descontinuado; Orçamento 2019

Marcio Nisi explicou que o Tribunal possui o ambiente antigo do SAP, com equipamentos e *software* em garantia até 2021. No entanto, o sistema operacional na versão atual teve o suporte descontinuado, e devido à proximidade do fim da vida útil do referido ambiente (2021), Marcio informou que a equipe da SETIC não possui servidores especializados na atualização do sistema operacional *iseries* para manutenção. Diante disso, apresentou a proposta da contratação com o objetivo de realizar essa atualização, de forma que, caso o item seja aprovado pelo Comitê, os estudos serão iniciados.

O Comitê anuiu a que a despesa seja assegurada no orçamento e que o estudo seja realizado, ressaltando que o item seja reavaliado futuramente, caso o resultado do estudo sugira outras soluções.

3.6 Aquisição de Switches Core para a Unidade Administrativa I e para o Fórum da Zona Leste, switches topo de rack para o FRB e switches de borda para compor reserva técnica dos switches das

9

comarcas que se encontram fora de garantia. Custo de R\$ 443.109,20 para a infraestrutura de borda e de R\$ 658.000,00 para a infraestrutura de núcleo;

Marcio explicou que havia a previsão de realizar manutenção nos *switches* existentes, com uma vantagem financeira em relação a comprar novos equipamentos. No entanto, estudos recentes concluíram que é mais vantajoso adquirir novos equipamentos, sendo 2 (dois) para a Unidade Administrativa I e para o Fórum da Zona Leste, *switches* topo de *rack* para o Fórum Ruy Barbosa e *switches* de borda para compor reserva técnica, tanto devido à vida útil dos *switches* atuais quanto devido ao valor dos novos. Marcio Nisi submeteu a demanda para aprovação, informando que o custo total seria de R\$ 1.101.109,20.

O Comitê anuiu a que a despesa seja incluída na programação orçamentária de 2018.

3.7 Aquisição de subscrições Jboss para o PJE (desconsiderando a versão Kz) no valor mensal de R\$ 28.709,17. Será solicitado recurso ao conselho, conforme DDO apresentado ao Comitê;

Marcio explicou que o item se refere a uma garantia, destacando que o valor será solicitado ao Conselho e sugerindo que, caso o recurso não seja fornecido, o valor seja reservado no orçamento do Tribunal.

O Comitê anuiu a que a despesa seja incluída na programação orçamentária de 2018, caso o recurso não seja fornecido pelo Conselho.

3.8 Treze Licenças do Software Vmware Vrealize Operations Advanced (software de análise de capacidade) com suporte para 12 meses, no valor estimado de R\$ 603.142,41 e até 115 créditos PSO para treinamento na ferramenta, no valor de estimado de R\$ 57.500,00 (depende da licitação do TRT3, prevista para novembro, se concretizar no prazo);

Marcio Nisi explicou o conceito de virtualização de máquinas e suas vantagens, sugerindo a aquisição de licenças de forma a suportar o novo ambiente do PJe (na sua versão Kz), que demandará acréscimo do número de licenças atualmente em uso. Marcio Nisi submeteu a demanda para aprovação, informando que o custo total seria de R\$ 660.642,41.

O Comitê anuiu a que a despesa seja incluída na programação orçamentária de 2018, mediante validação posterior pelo Comitê, quando houver a definição do número exato de licenças a serem adquiridas.

3.9 Dar ciência que estamos participando de IRP do TST referente à ferramenta de monitoramento APM em quantitativos estimados para suportar as instâncias do PJE-KZ, conforme documento apresentado ao Comitê, no valor estimado de R\$ 35.000,00 por licença. Estimamos que vamos usar cerca de 30 licenças, mas ainda não temos a mensuração correta pois o Kz não está em produção;

Marcio relatou que o Tribunal possui um *software* de monitoramento do PJe, e que o TST está realizando uma contratação para os Regionais que usam o *software* em questão. Explicou, ainda, que para o ambiente Kz do TRT2 inicialmente está prevista a utilização de 30 licenças, mas a estimativa real só será conhecida após a versão do ambiente entrar em produção.

O Comitê anuiu a que a despesa seja incluída na programação orçamentária de 2018, mediante validação posterior pelo Comitê, quando houver a definição do número exato de licenças a serem adquiridas.

3.10 Dar ciência de que no âmbito do projeto de modernização de telefonia do TRT2, estamos avaliando a substituição de todos aparelhos analógicos da cidade de São Paulo por aparelhos IP (Sede, Millenium, Rio Branco, Fórum Ruy Barbosa, Fórum da Zona Leste, Fórum da Zona Sul, Galpão Limão - Galpão Edgard já conta com telefonia IP). O escopo original incluía apenas Sede, Millenium e Rio Branco. Há um acréscimo de cerca de 833 aparelhos em relação à demanda original, ao custo estimado entre aparelho (R\$ 505,28), licença (R\$ 103,79) e instalação (R\$ 80,00) de 689,07 cada, considerando Atas de Registro de Preços vigentes de contratação realizada no ano passado (custo total estimado R\$ 573.995,31). Os preços estão em negociação com o fornecedor.

Marcio Nisi apresentou resumidamente o projeto de modernização de telefonia do TRT2, explicando que durante o estudo levantou-se a necessidade de estender a telefonia IP para todos os prédios do TRT2, cuja viabilidade está sendo analisada. Marcio explicou as vantagens da solução, como por exemplo a possibilidade de não pagar tarifa interurbana em ligações entre prédios do TRT2 em diferentes localidades. A demanda foi submetida para aprovação, informando que o custo total seria de R\$ 573.995,31.

O Comitê analisará os benefícios da solução, após apresentação das informações pela SETIC.

4-Apresentação CASTIC sobre Videoconferência

Marcio Nisi explicou que o item se refere a um assunto que constava na pauta da reunião anterior, embora não tenha sido tratado naquela ocasião. Marcio apresentou as soluções propostas, abrangendo a solução atual e a nova solução sugerida, bem como seus valores de aquisição, manutenção e contratação. Os estudos terão continuidade e a finalização será apresentada futuramente.

O Comitê anuiu com o suporte na modalidade 8 x 5 (Dias úteis, 8 horas por dia e 5 dias por semana) para a solução em questão.

5-Assinatura da Ata da reunião do dia 04/09/2018

Marcio Nisi apresentou a Ata da reunião do dia 04/09/2018, a qual foi apreciada, aprovada e assinada pelos membros do Comitê.


Assuntos Gerais

Marcio Nisi apresentou um novo item a ser incluído no orçamento, e explicou o cenário da expansão da Virtual Tape Library ressaltando que atualmente são armazenadas em *backup* apenas as configurações dos servidores, e que há uma nova proposta de manter não só a cópia das configurações, mas uma cópia da máquina (réplica), o que reduziria consideravelmente o tempo de recuperação em caso de falha. Diante do exposto, Marcio sugeriu que, a partir do momento da constatação da necessidade expansão, seja realizada a contratação.

O Comitê anuiu pela aprovação do item, desde que constatada a real necessidade de ampliação em função da inserção da cópia dos equipamentos servidores para o ambiente, seja pelo atingimento dos limites estabelecidos para o uso adequado do equipamento, ou se vislumbrar, dentro do espaço de tempo do próximo exercício, que a expansão é necessária.

Devido à iminente mudança de gestão e provável alteração na composição do CTI, a próxima reunião não foi pré-agendada, devendo a Presidência ser consultada para definição das próximas datas.

<i>Id</i>	<i>Pendências</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
1	Encaminhar por e-mail ao Comitê os benefícios do projeto de modernização da telefonia do TRT2	SETIC	
2	Encaminhar orçamento atualizado	SETIC	


DESEMBARGADORA CÂNDIDA ALVES LEÃO
COORDENADORA DO COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A U S E N T E

JUIZ CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO
JUIZ DO TRABALHO